

# Amazônia menos desmatada

Mas levantamento do INPE mostra que nível de desflorestamento ainda é muito alto

Aldo Renato Soares  
de Brasília

Reduziu-se o ritmo de desmatamento na Amazônia, mas a situação continua crítica. Caiu para 16.926 quilômetros quadrados, em 1999, a taxa média presumida do desflorestamento bruto da Amazônia, que, em 1998, era de 17.383 quilômetros quadrados, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente. O levantamento tem base na interpretação de imagens enviadas pelo satélite norte-americano Landsat, elaborada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho considerou-se satisfeito com o resultado. "Conseguimos estancar a tendência de aumento do desflorestamento", afirmou ele, referindo-se à diferença entre esses anos.

Mas a situação continua grave. A extensão do desflorestamento bruto da Amazônia aumentou de 532.086 quilômetros quadrados em 1997 para 551.782 quilômetros quadrados em 1998, o que corresponde a 14% da área da floresta original na região. Os dados referem-se à área de floresta primária substituída por atividades silvo-pastoris. Os técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) avaliam que para apurar o dano total, incluindo o desmatamento seletivo provocado pelas madeireiras, seria necessário acrescentar 2 mil quilômetros quadrados por ano à área do desflorestamento bruto.

Nas áreas consideradas críticas, a taxa média presumida do desflorestamento bruto atingiu 13.120 quilômetros quadrados no ano passado. Em 1998, esta taxa foi de 13.474 quilômetros quadrados. Estas regiões compreendem os estados do Mato Grosso, Rondônia, Acre e Pará, onde o desmatamento está associado à expansão da fronteira agrícola, à exploração da pecuária, e ao assentamento dos sem-terra.

Sarney Filho admitiu que as medidas conjunturais adotadas pelo governo — aumento das multas e maior repressão — não resolverão o problema local do desmatamento. O melhor efeito até agora foi reverter a tendência de aceleração na taxa média de desflorestamento. Ele acrescentou haver vários projetos de desenvolvimento sustentável na região, como ecoturismo, pesquisa biotecnológica e mesmo de madeireiras, mas seus resultados só surtirão efeitos a longo prazo. "Enquanto

## Extensão do desflorestamento bruto

(em quilômetros quadrados)

Estados	Jan/78	Abr/88	Ago/89	Ago/90	Ago/91	Ago/92	Ago/94	Ago/95	Ago/96	Ago/97	Ago/98
Acre	2.500	8.900	9.800	10.300	10.700	11.100	12.064	13.306	13.742	14.203	14.714
Amapá	200	800	1.000	1.300	1.700	1.736	1.736	1.782	1.782	1.846	1.962
Amazonas	1.700	19.700	21.700	22.200	23.200	23.999	24.739	26.629	27.434	28.140	28.866
Maranhão	63.900	90.800	92.300	93.400	94.100	95.235	95.979	97.761	99.338	99.789	100.590
Mato Grosso	20.000	71.500	79.600	83.600	86.500	91.174	103.614	112.150	119.141	125.023	131.808
Pará	56.400	131.500	139.300	144.200	148.000	151.787	160.355	169.007	176.138	181.225	188.372
Rondônia	4.200	30.000	31.800	33.500	34.600	36.865	42.055	46.152	48.648	50.529	53.275
Roraima	100	2.700	3.600	3.800	4.200	4.481	4.961	5.124	5.361	5.563	5.791
Tocantins	3.200	21.600	22.300	22.900	23.400	23.809	24.475	25.142	25.483	25.768	26.404
<b>Amazônia Brasileira</b>	<b>152.200</b>	<b>377.500</b>	<b>401.400</b>	<b>415.200</b>	<b>426.400</b>	<b>440.186</b>	<b>469.978</b>	<b>497.055</b>	<b>517.069</b>	<b>532.086</b>	<b>551.782</b>

Fonte: INPE

## Repercussões do relatório do INPE

Regina Scharf  
de São José dos Campos

Poucos esforços acadêmicos têm tanta repercussão política quanto a divulgação dos números do desmatamento da Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Quando, em julho de 1996, ele apontou para um aumento de 34,6% no ritmo de devastação da região, no período 1991-1994, o presidente Fernando Henrique Cardoso tomou uma decisão histórica, ampliando de 50% para 80% a área a ser preservada nas propriedades da região.

Em maio de 1998, inspirado pelos levantamentos divulgados três meses antes pelo Inpe, FHC anunciou a criação do Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento (Proarco), que centrava esforços na região que concentrava 75% das áreas desmatadas.

Na época, o Inpe verificou que, no Arco, que coincide com a fron-

teira agrícola, 33% das áreas desmatadas tinham mais de 500 hectares e podiam ser associadas a grandes projetos agropecuários. "Porém, verificou-se que mais de 50% dos desmatamentos ocorriam em áreas de florestas obrófilas densas ou espessadas", conta Thelma Krug, coordenadora geral de Observação da Terra do Inpe. Pelo menos 53% deles tinham menos de 1 quilômetro quadrado e foram associados, pelo Ibama, à agricultura de subsistência e a assentamentos do Incra.

"Na época, o Ibama iniciou conversações com o Incra para que passasse de disponibilizar áreas de florestas para assentamentos", diz Thelma. "Desde então, a área ocupada com agricultura de subsistência parece não ter aumentado significativamente na região".

Desta vez, o Ministério do Meio Ambiente decidiu adiantar-se aos números. Em março, o ministro José Sarney Filho lançou a terceira edição da campanha Amazônia Fi-

que Legal, que mobiliza 2.100 profissionais do Ibama, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica no combate ao fogo e ao desmatamento. Na realidade, a iniciativa se originou nos grandes incêndios que devastaram Roraima em 1998.

Mesmo assim, os dados divulgados ontem poderão influenciar o Congresso, que deverá votar o novo Código Florestal até o mês que vem. "Os números demonstram a necessidade de se aprovar um texto mais conservacionista", avalia André Lima, advogado do Instituto Socioambiental, organização não-governamental com escritório em São Gabriel da Cachoeira (AM).

O Inpe já digitalizou 50 imagens da Amazônia, número que deve dobrar até o fim do ano. "O Ibama está cruzando estas informações sobre a base de dados do Incra e das prefeituras", afirma Thelma. Com isso, pode fazer em tempo real o rastreamento de imperícias e irregularidades, por amostragem.

as populações da Amazônia não tiverem alternativas econômicas para melhorar sua qualidade de vida será difícil acabar totalmente com o desmatamento."

Segundo o ministro, este ano o controle do desmatamento ficará mais difícil por causa das eleições municipais, já que nas pequenas comunidades da Amazônia as madeireiras exercem uma forte influência

econômica sobre as lideranças políticas. Recentemente, o Ministério do Meio Ambiente foi obrigado a ceder na reformulação do Código Florestal, que prevê a criação de reservas legais nas áreas de cerrados da Amazônia.

O código determinava, em cada propriedade rural, 50% da área para reservas legais. Pressionado pela bancada ruralista, uma das mais po-

derosas do Congresso, o governo editou a Medida Provisória 1956-47, reduzindo o percentual de preservação para 20%.

O Ministério conseguiu evitar a aprovação do projeto de conversão e retomar o assunto no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Depois de muitas discussões, chegou-se a um acordo, fixando em 35% a área a ser preservada.